

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.208 - SP (2019/0024138-5)

AGRAVANTE : MARCOS JUNQUEIRA DE FREITAS CARRAZZONI E
OUTROS
ADVOGADOS : LUÍS GUSTAVO DE CASTRO MENDES - SP170183
ALEXANDRE REGO E OUTRO(S) - SP165345
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCOS JUNQUEIRA DE FREITAS CARRAZZONI E OUTROS, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado:

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE A RECEITA BRUTA PROVENIENTE DE COMERCIALIZAÇÃO RURAL. LEIS Nº 8.540/92 E Nº 9.528/97. EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO A PARTIR DA LEI 10.256/2001. INTELIGÊNCIA DA EC Nº 20/98.

I - Superveniência da Lei no 10.256, de 09.07.2001, que alterando a Lei no 8.212/91, deu nova redação ao art. 25, restando devida a contribuição ao FUNRURAL a partir da nova lei, arrimada na EC nº 20/98.

II - Recurso e remessa oficial providos.

Na origem, trata-se de mandado de segurança que objetiva afastar a exigibilidade de contribuições previdenciárias incidentes sobre a comercialização da produção rural dos impetrantes, previstas no artigo 25, I e II, da Lei 8.212/91. O valor da causa, em fevereiro de 2010, era de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Em sede de sentença, a segurança foi concedida para determinar que a autoridade impetrada abstenha-se de exigir a contribuição questionada dos impetrantes.

O tribunal *a quo*, em julgamento de apelação, reformou a sentença, reputando devida a contribuição ao FUNRURAL, notadamente após a EC 20/98.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, os recorrentes apontam violação ao art. 97, IV do CTN.

Sustentam, em síntese, que não há previsão legal nem da base de cálculo, nem da alíquota da contribuição incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, motivo pelo qual a exação seria ilegal e inconstitucional.

Aponta dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido sob o argumento da inviabilidade do manejo do recurso especial para tratar de alegação de suposta violação constitucional.

No presente agravo, os recorrentes apresentaram argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que os agravantes, além de atenderem aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, lograram impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

A matéria deduzida no presente recurso foi conhecida e julgada em repercussão geral no RE n. 718.874/RS, Tema n. 669/STF, ocasião em que ficou definido que "É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção."

Conforme o art. 1.031, §2º, do CPC/2015: "Se o relator do recurso especial considerar prejudicial o recurso extraordinário, em decisão irrecorrível, sobrestará o julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal".

Por sua vez, o art. 1.036, §1º, do CPC/2015 determina o sobrestamento dos recursos que tratem de idêntica controvérsia, enquanto o art. 1.039 do CPC/2015, observa que, julgado o mérito do recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, os recursos extraordinários sobrestados serão apreciados pelos órgãos colegiados, ou seja, Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou se retratar.

Finalmente, os arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou ao recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.

De acordo com esses últimos dois dispositivos, há a previsão de negativa de seguimento dos recursos, de retratação do órgão colegiado para o alinhamento das teses ou, ainda, de manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

Nesse panorama, cabe ao Ministro Relator no Superior Tribunal de Justiça, com o julgamento do paradigma pelo Supremo Tribunal Federal, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade

do recurso especial.

Sobre o assunto, confirmam-se as decisões proferidas no AREsp 1276555/ES, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 26/04/2018, REsp n. 1.277.581/MG, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 02/04/2018 e o AREsp 863549/MS, Rel. GURGEL DE FARIA, DJ 27.4.2018, do qual se extrai o seguinte excerto, *verbis*:

A questão, objeto do apelo extremo, foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal na oportunidade em que julgado o RE 596.177/RS, em repercussão geral, relator o Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei n. 8.540/1992, que deu nova redação aos arts. 12, V e VII, 25, I e II, e 30, IV, da Lei n. 8.212/1991.

Posteriormente, a mesma Corte Suprema, na apreciação do RE 718.874/RS, em sessão realizada no dia 29/03/2017, também sob o regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: *“É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei n. 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção.”*

Assim, já julgada a questão pelo Pretório Excelso, bem como por medida de economia processual, os autos deverão retornar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região para que lá seja realizado o juízo de conformação com o precedente obrigatório do STF, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte Superior a fim de que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas, e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal a quo. Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o precedente do STF, bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que tal providência seja realizada.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o §2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

